



DESIGUALDADE NO ACESSO ÀS TECNOLOGIAS EM TEMPOS DE PANDEMIA E NOUTROS TEMPOS

Jaime Balbino Gonçalves da Silva¹

RESUMO

Este trabalho parte da histórica invisibilidade da miséria, pobreza e fome no Brasil, apontando que a mesma lógica se reproduz na exclusão tecnológica, oculta sob o falso senso-comum da “democracia digital”, que considera o aumento do consumo de produtos de TI prova suficiente de acesso e igualdade de oportunidades ignorando o abismo entre as classes econômicas. O estudo analisa como essa realidade de exclusão afetou os esforços educacionais durante a pandemia de COVID-19 a partir de políticas públicas federais notadamente excludentes implementadas a partir de 2018 e aprofundadas até o final da crise (2021); das ações emergenciais para promover o ensino remoto nas escolas de Ensino Fundamental; e das limitações práticas insolúveis do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) na Educação Básica Formal. A metodologia incluiu a análise de leis, registros do poder público federal, dados estatísticos (como PNAD Contínua e CETIC), e registros de falas e opiniões de alunos e familiares coletados em uma escola da periferia de Campinas, SP. Conclui-se que os mecanismos de exclusão social se aprofundaram no período estudado pela opção consciente do Estado de informatizar serviços essenciais sem respaldo técnico e pela sua omissão no debate sobre equidade na Educação. A crise também expôs a falta de coordenação entre entes federados e a incapacidade da sociedade de desenvolver maneiras eficazes de utilizar as tecnologias no ensino básico em tal contexto de desigualdades.

Palavras-chaves: Inclusão Digital; Ensino Remoto; Desigualdade e Liberalismo; Pandemia de COVID-19

¹ Pedagogo pela Universidade Estadual de Campinas; Professor de Educação Especial na Prefeitura de Campinas e na FUMEC, jaime.silva@educa.campinas.sp.gov.br





INTRODUÇÃO

O presente trabalho² explora como o acesso à tecnologia reforça a exclusão social no Brasil, especialmente durante a pandemia de COVID-19, entre 2020 e 2021. Tal exclusão de viés tecnológico é um fenômeno que está interligado à invisibilidade histórica da miséria no país e ao confundir o crescimento do consumo de TICs com a efetiva igualdade de oportunidades, mascara e aprofunda as diferenças sociais.

Nosso objetivo foi analisar como essa exclusão ocorre e se sustenta. Para tal, quatro aspectos foram estudados: 1) as políticas públicas federais que, já antes da pandemia, promoviam a exclusão; 2) as políticas públicas executadas ou deixadas de lado durante a Pandemia; 3) as ações desenvolvidas pelas escolas para viabilizar o ensino remoto em meio ao isolamento social; e 4) os limites práticos do uso da tecnologia no ensino básico formal.

As análises de documentos oficiais, dados estatísticos oficiais e o levantamento in loco da realidade de uma escola de periferia, apontam que os mecanismos de exclusão se aprofundaram durante a Pandemia devido à omissão do Estado, que se afastou ainda mais da busca da equidade, e à incapacidade de se desenvolver soluções pedagógicas efetivas com apoio das tecnologias durante o isolamento social.

METODOLOGIA

Utilizamos uma abordagem analítica baseada em quatro eixos temáticos: a análise de políticas públicas federais recentes, tanto antes quanto durante a pandemia, o estudo do ensino remoto nas escolas e os limites práticos do uso das TICs na educação.

Para a análise de políticas públicas, foram utilizados a reestruturação do atendimento do INSS a partir de 2018 e a implementação do Auxílio Emergencial em 2020, evidenciando uma tendência de automatização em detrimento do atendimento presencial. Foram consultados dados estatísticos oficiais, incluindo a PNAD Contínua (2019) do IBGE, sobre o acesso à internet e posse de dispositivos, e a pesquisa TIC Domicílios (2020) do CGI, detalhando as condições de acesso por classe social e raça.

² Este trabalho foi publicado com o mesmo título como capítulo do livro *Educação Antirracista: infância, resistência e combate ao Racismo*, publicado pela Editora Apparte em 2022.





No nível da microestrutura, a análise incluiu o registro das ações e dados coletados em uma escola de periferia na região de Campinas, SP, que atende majoritariamente alunos das Classes C, D e E. Esta escola realizou quatro levantamentos próprios (abril/julho de 2020 e fevereiro/abril de 2021) sobre o acesso à internet, riscos epidemiológicos e vulnerabilidade social. Além das pesquisas, foram analisadas milhares de interações com as famílias via WhatsApp, que forneceram uma visão qualitativa e direta das dificuldades de acesso e uso da tecnologia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A impressão de que o acesso às tecnologias se tornou universal foi desmantelada pela Pandemia, tendo o aprofundamento da desigualdade como resultado de uma política de Estado no mínimo equivocada. Já antes da pandemia, a política de informatização do atendimento já demonstrava uma opção pela exclusão, quando o INSS, a partir de 2018, priorizou o aplicativo "Meu INSS", fechando agências³ e quase extinguindo o Serviço Social (CRESS-SC, 2014).

O Auxílio Emergencial, benefício em dinheiro para auxiliar cidadãos desempregados durante a Pandemia, foi totalmente implementado via aplicativo de celular da Caixa Econômica Federal⁴, com suporte telefônico pífio e informações quase exclusivas em websites, ignorando a realidade da população mais necessitada e, pior, se tornando tendência noutros serviços públicos na época.

Quando se nega que há especificidades no atendimento, negar-se-á também o próprio atendimento. Por exemplo, o histórico déficit de médicos nos rincões do país só foi efetivamente enfrentado pelo Estado em 2014 (BRASIL, 2015:24-25). Infelizmente tal política pública foi precarizada em 2018 e interrompida no governo seguinte⁵.

³ Instrução Normativa 96, de 14 de maio de 2018: “Altera a Instrução Normativa no 77/PRES/INSS, de 21 de janeiro de 2015, e dispõe sobre procedimentos para agendamento dos serviços disponíveis no Meu INSS”, disponível em in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/14269191/do1-2018-05-15-instrucao-normativa-n-96-de-14-de-maio-de-2018-14269187. Ver também, por exemplo, reportagem da Agência Brasil: “INSS reduzirá agendamento presencial a partir do dia 21”, de 16/05/2018, disponível em agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-05/inss-reduzira-agendamento-presencial-partir-do-dia-21. Acessados em 29/08/2025.

⁴ Medida Provisória 982, de 13 de junho de 2020: “Dispõe sobre a conta do tipo poupança social digital”. Disponível em planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/mpv/mpv982.htm. Acesso em 06/09/2021.

⁵ Sobre esse impacto ver, por exemplo, a reportagem do Metrôpole: “Fim do Mais Médicos deixa vácuo na saúde em pequenos municípios”, de 21/06/2019. Disponível em metropoles.com/brasil/fim-do-mais-medicos-deixa-vacu-na-saude-em-pequenos-municipios. Acesso em 29/08/2025.





No âmbito da Educação, a inação institucional foi absurda: dois anos após o início da pandemia, NENHUM fórum nacional amplo sobre o acesso à tecnologia para os mais pobres foi realizado. Na Educação Básica, o MEC limitou sua atuação a poucas portarias e decisões autocráticas, atribuindo sua falta de decisão à autonomia constitucional dos entes federativos. A única iniciativa do Conselho Nacional de Educação (CNE) foi legalizar as ações de contingência já em curso nos estados e municípios com uma consulta pública, tangenciando a questão do acesso à tecnologia⁶.

Agora, voltando-se para os dados, na PNAD Contínua, em 2019, antes da Pandemia, havia 20% de brasileiros sem celular, 22% não utilizavam a Internet há mais de 3 meses e 10,5% não possuíam TV com conversor para o sinal digital (IBGE, 2021:3-11). Já dados do CETIC mostram que apenas 14% das Classes D e E possuía notebook em 2019, contra 44% da Classe C e 95% e 85% das classes A e B, respectivamente. Já o celular é o único dispositivo disponível para 85% das Classes D e E. Como é de se esperar o Serviço de Internet está disponível na maioria dos domicílios da Classe A (98%) e B (95%), enquanto 50% dos domicílios no Brasil não têm acesso (CGI, 2020:62-67). Entre os que se declaram pretos, 65% usaram somente o celular para acessar a Internet, contra 51% dos que se declaram brancos (Idem:69-70) . Ou seja, os dados provam que estávamos longe da *universalização*. Note-se que os mais pobres possuíam à época dispositivos defasados tecnologicamente, com grande limitação de processamento e versão de firmware/sistema obsoletos, o que impedia a instalação de aplicativos/softwarees recentes ou tornava a experiência frustrante. Estávamos longe da *equidade*. Havia também limitação óbvia no acesso à internet, dado seu custo elevado. Estávamos também longe da *democratização* apregoada.

As creches, escolas, supletivos, cursos técnicos e faculdades atendiam mais de 56,5 milhões de alunos, que representavam 1/3 da população brasileira e cerca de 90% de todas as crianças e jovens entre 3 e 29 anos. Destes, 16% dos estudantes com mais de 10 anos das escolas públicas não tinham acesso à Internet (ABRES, 2021; IBGE, 2020:8).

⁶ Ver o Edital de Chamamento de 17/04/2020, que abriu sua “tradicional consulta pública em matérias de alta relevância” (apenas 6 dias!) para a elaboração do “Parecer que trata da Reorganização dos Calendários Escolares e a realização de atividades pedagógicas não presenciais”. O texto deste edital e a linha de tempo da elaboração deste parecer estão disponíveis em portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/audiencias-e-consultas-publicas. Acesso em 29/08/2025.





É nesta conjuntura que a Pandemia de COVID-19 chega ao Brasil e nos obriga desenvolver uma *Educação na Pandemia*. Dado o risco à vida de manter as escolas funcionando houve a opção pelo fechamento dos espaços físicos pelos estados e municípios a partir do final de março de 2020, pouco mais de 1 mês do início do Ano Letivo e duas semanas após a OMS declarar a COVID-19 como Pandemia. Cada governo local teve dinâmica própria para lidar com o problema: uso dos livros didáticos, material impresso, material online, aulas gravadas, videoconferência, redes sociais ou canais de rádio e TV (TAFFAREL & SOUZA, 2020:27-31). Alguns municípios, inclusive, optaram por não realizar intervenção alguma, por considerar impossível garantir o acesso de todos os alunos aos conteúdos.

É claro que no ensino remoto a realidade da falta de acesso prejudicou deveras a aprendizagem dos alunos, mas não é aí que encontraremos a síntese deste período: devemos nos atentar que não houve tempo para planejamento e nem recursos públicos suficientes no tempo correto para atender as necessidades trazidas pela crise.

A inexistência de modelos eficazes de ensino remoto para os Anos Iniciais (bem como na Educação Básica como um todo) exigiu a adaptação das soluções consagradas na Educação Superior e em cursos livres profissionalizantes para adultos, onde os objetivos são outros e o professor tem formação e funções diferentes no processo de aprendizagem. Esses cursos exigem do aluno graus de autonomia e organização distintos daquilo que se espera da criança e do adolescente.

Então, os problemas enfrentados pelas famílias se referiram tanto à falta de recursos como também – e principalmente – à inexistência de planejamento e organização para o ensino naquele momento. Observe-se que há várias *exclusões* num “apartheid” baseado nos mesmos mecanismos político-sociais que já apontamos aqui.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fracasso das políticas de acesso à educação durante a pandemia não foi um evento isolado, mas sim produto de uma construção sócio-histórica. Foi praticamente impossível para as escolas alterar seu planejamento em poucas semanas para o ensino remoto, agravado pela falta de sistemas de apoio definidos e pela realidade de acesso das famílias.



O aprofundamento da exclusão social foi promovido conscientemente pelo poder público, gestores e lideranças eleitas. O desmonte das políticas sociais desde 2016 e a ascensão de um determinado pensamento político radical obliteraram a realidade dos mais pobres, enfraqueceram as instituições e permitiram que discursos ideológicos tomassem o lugar da análise crítica e do debate.

AGRADECIMENTOS

O autor agradece à Profa. Claudia Garcia Costa, que, junto com as Profas. Solange Elizabeth Pereira da Silva e Ana Paula Galante Martinhago, organizou o livro onde este trabalho foi publicado.

REFERÊNCIAS

ABRES. Estatísticas. s/d. Disponível em abres.org.br/estatisticas. Acessado em 28/08/2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Programa mais médicos: dois anos: mais saúde para os brasileiros. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/programa_mais_medicos_dois_anos.pdf. Acessado em 29/08/2025.

CGI. TIC Domicílios: Pesquisa Sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Domicílios Brasileiros. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil. 2020. Disponível em cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20201123121817/tic_dom_2019_livro_eletronico.pdf. Acessado em 29/08/2025.

CRESS-SC. A trajetória da Seguridade Social no Brasil - 70 anos do Serviço Social na Previdência Social. Mimeo. 2014. Disponível em cress-sc.org.br/wp-content/uploads/2014/08/70-Anos-SS-Previdencia.pdf. Acessado em 29/08/2025.

IBGE. Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2019. Rio de Janeiro: IBGE. 2021. Disponível em biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101794. Acessado em 06/09/2025.

_____. Características gerais dos domicílios e dos moradores 2019. Rio de Janeiro: IBGE. 2020. Disponível em biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101707_informativo.pdf. Acessado em 06/09/2025.

TAFFAREL, Celi Neuza Zulke.; SOUZA, Erica Cordeiro Cruz. Dossiê contribuição ao debate sobre o que fazer em educação, em meio à pandemia do coronavírus (covid19). Salvador: LEPEL e GEPEC FAGED UFBA, 2020. Disponível em <https://www.anfope.org.br/vejam-aqui-o-dossie-contribuicao-ao-debate-sobre-o-que-fazer-em-educacao-em-meio-a-pandemia-do-coronavirus-covid-19/>. Acesso em 06/09/2025.